

A política de ensino superior a distância no Brasil nos anos de neoliberalismo

Kátia Regina de Souza Lima*

Resumo

O artigo trata da base de fundamentação teórica da política de ensino superior a distância no Brasil nos anos 1990 e na primeira década do novo século. Parte da consideração de que essa política está inscrita na reforma neoliberal da educação realizada no referido período em consonância com as políticas elaboradas, difundidas e monitoradas pelos organismos internacionais. Apresenta as principais ações e legislações em ensino a distância no período de 1995 a 2010, identificando os eixos centrais desta política – “atualização tecnológica” e “ampliação do acesso ao ensino” – e sua fundamentação teórica nas noções de “globalização econômica” e “sociedade da informação”, ambas difundidas pelas escolas estadunidenses de administração de empresas e pelos organismos internacionais. Problematiza em que medida o ensino a distância, particularmente o ensino superior a distância no Brasil, viabiliza a massificação da formação e aprofunda a mercantilização da educação por meio da ampliação do número de instituições e cursos privados a distância. Conclui que processo é conduzido pelas políticas governamentais no referido período, garantindo a lucratividade da burguesia de serviços educacionais (local e internacional) pela adequação da educação a nova fase de acumulação do capital.

Palavras-chave: Política educacional. Ensino a distância. Mercantilização da educação superior.

* Doutora em Educação. Professora/pesquisadora da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, RJ.

Apresentação

Este artigo tem como objetivo analisar as bases de fundamentação teórica da política de ensino superior a distância no Brasil nos anos 1990 e na primeira década do novo século. Até meados da década de 1990 o ensino a distância – EAD era utilizado no Brasil por meio da oferta de cursos profissionalizantes e de complementação de estudos, principalmente pelos cursos por correspondência e telecursos transmitidos pela televisão. A partir deste período, com o uso da *internet* como principal tecnologia da informação e da comunicação – TIC, será implementada uma política de ensino superior a distância com novas formas e conteúdos.

Consideramos que essa política só pode ser analisada em sua essência, em suas conexões e significados, quando inscrita no conjunto de alterações constitutivas da reforma neoliberal da educação superior no Brasil no período acima indicado. Uma reforma absolutamente afinada com as políticas dos organismos internacionais para a educação superior nos países latino-americanos que tem como objetivos ampliar a ação do capital em crise em sua busca por novos campos de exploração. A educação torna-se um lucrativo serviço a ser negociado no “mercado educacional”, bem como, a difundir a concepção hegemônica de educação e de sociabilidade em tempos de neoliberalismo.

Os estudos e pesquisas que desenvolvemos sobre a política de ensino superior a distância indicam, em primeiro lugar, que essa política não trata da *educação* (ainda que este seja o termo utilizado), mas de um *ensino* massificado, concebido como transmissão de informações, treinamento, instrução e capacitação em serviço, desarticulado da pesquisa e da produção de conhecimento. Em segundo lugar, essa política apresenta em sua base de fundamentação teórica duas noções centrais da concepção hegemônica de educação e de sociabilidade: “globalização econômica” e “sociedade da informação/conhecimento”.

As reconfigurações político-pedagógicas realizadas pela reforma neoliberal da educação superior, inclusive o uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação no ensino dito *presencial* ou nos cursos a distância, encontram sua justificativa, segundo a concepção hegemônica, na necessidade de adequação da educação superior à nova ordem mundial sob a aparência de uma “aldeia global” ou de uma “nova sociedade” (LIMA, 2007).

Para analisar tal política estruturamos o presente artigo em três itens. Em *A política de EAD no Brasil: de 1995 a 2010* apresentamos as principais ações e legislações constitutivas da política de ensino a distância implementada no Brasil, considerando que os dois eixos estruturantes dessa política – “atualização tecnológica” e “ampliação do acesso ao ensino” – fundamentam-se teoricamente em duas noções cruciais do projeto hegemônico: “globalização econômica” e “sociedade da informação/conhecimento”.

O item seguinte, *A “era da informação”: uma nova ordem mundial para o capital*, assinala que essas noções, que advogam a constituição de uma nova ordem mundial e indicam um conjunto de alterações para a educação superior, estão alicerçadas nas seguintes nucleações temáticas: “sociedade pós-capitalista” (DRUCKER, 1998, 2002); “sociedade informática” (SCHAFF, 1995); “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999, 2003) e “revolução informacional” (LOJKINE, 2002).

Por fim, em *A título de considerações finais*, o texto problematiza em que medida a política de ensino superior a distância no Brasil na primeira década do novo século está operacionalizando um processo de massificação da formação e de certificação em larga escala, bem como a transformação da educação em lucrativo campo de exploração pela sua adequação a nova fase de acumulação do capital sob a aparência de “globalização econômica” e/ou “sociedade da informação”.

A política de EAD no Brasil: de 1995 a 2010

Até meados da década de 1990 os cursos a distância eram utilizados no Brasil por meio da oferta de cursos profissionalizantes e de complementação de estudos, principalmente pelos cursos por correspondência e telecursos transmitidos pela televisão. A partir deste período, com o uso da *internet* como principal tecnologia da informação e da comunicação, será implementada uma política nacional de ensino superior a distância com novas formas e conteúdos, justificada, segundo as políticas dos organismos internacionais e do governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002), pela necessidade urgente de adequação da educação à configuração de uma “nova ordem mundial” nos marcos da “globalização econômica” e da “sociedade da informação” (LIMA, 2006, 2007).

Algumas das principais ações referentes ao EAD no período de 1995 a 2002 são apresentadas no (Quadro 1) abaixo.

Quadro 1 – Ações referentes ao EAD

AÇÕES	DIRETRIZES
Artigo 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)	Trata do <u>apoio e incentivo do Poder Público aos programas de ensino à distância.</u>
Decretos nº 2.494/98 e nº 2.561/98	Regulamentam o artigo 80 da LDB.
Portaria nº 301 de abril de 1998 do MEC	Trata da <u>autorização, do reconhecimento e do credenciamento dos cursos a distância.</u>
Documento <i>Indicadores de Qualidade para Cursos de Graduação a Distância</i> , elaborado pela SEED/MEC	Apresenta <u>indicadores de qualidade dos cursos a distância.</u>
Portaria nº 2.253/01 do MEC	Autoriza as universidades, centros universitários, faculdades e centros tecnológicos a <u>utilizarem 20% da carga horária de seus cursos regulares a distância.</u>
Resolução da CES/CNE nº 1/2001	Admite a oferta de <u>pós-graduação stricto sensu a distância</u> , entre outros.
Plano Nacional de Educação – Lei nº 10.172/01	Define que os “ <u>cursos a distância ou semipresenciais podem desempenhar um papel crucial na oferta de formação equivalente ao nível fundamental e médio para jovens e adultos insuficientemente escolarizados</u> ”.
TV Escola	O ponto de partida do programa foi enviar para escolas públicas com mais de 100 alunos o seguinte equipamento: televisor, videocassete, antena parabólica, receptor de satélite e um conjunto de dez fitas de vídeo VHS, para iniciar as gravações. O Programa objetiva, portanto, equipar os estabelecimentos escolares e garantir o <u>treinamento de professores em serviço.</u>

continua

continuação

Programa Nacional de Informática na Educação	O Programa Nacional de Informática na Educação – ProInfo é desenvolvido pela Secretaria de Educação a Distância, do Ministério da Educação, em parceria com os governos estaduais (e alguns municipais). Seu principal objetivo é a <u>introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação na escola pública, como ferramenta de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.</u>
Rádio Escola	Uma parceria entre a Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC) e a Radiobrás <u>coloca no ar o programa de rádio Escola Brasil.</u> A transmissão, diária, tem foco em temas como ensino fundamental, educação infantil e promoção dos direitos da infância e da adolescência, do idoso e dos indivíduos com deficiência. Produzido pela organização não-governamental Escola Brasil, o projeto volta com programação renovada após três anos de intervalo.
Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância – PAPED	É um Programa desenvolvido pela CAPES e pela SEED de apoio financeiro à elaboração de teses de doutorado ou de dissertações de mestrado sobre <u>aplicações tecnológicas à Educação</u> e premiação de materiais didático-pedagógicos (objetos de aprendizagem e produtos multimídia) <u>utilizados na EAD</u> (educação básica ou superior).
Portarias nº 335, de 06 de fevereiro de 2002; nº 698, de 12 de março de 2002, e nº 1.786, de 20 de junho de 2002	Cria uma Comissão Assessora com a finalidade de apoiar a Secretaria de Educação Superior na elaboração de <u>proposta de alteração das normas que regulamentam a oferta de educação a distância no nível superior</u> e dos procedimentos de supervisão e avaliação do ensino superior a distância.
Portaria nº 495 de 10 de abril de 2000 MEC	Institui uma Comissão para, no âmbito do Projeto Universidade Virtual Pública do Brasil UniRede, propor diretrizes para o desenvolvimento de projetos, critérios, padrões e procedimentos para a <u>organização de cursos superiores de graduação a distância.</u>

continua

continuação

<p>Criação do <i>Programa Sociedade da Informação</i>, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – Decreto nº 3.294/99</p>	<p>O objetivo do Programa Sociedade da Informação é integrar, <u>coordenar e fomentar ações para a utilização de tecnologias de informação e comunicação</u>, de forma a <u>contribuir para que a economia do país tenha condições de competir no mercado global</u> e, ao mesmo tempo, <u>contribuir para a inclusão social de todos os brasileiros na nova sociedade</u>.</p>
<p>Elaboração pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras, em 2002, do documento intitulado <i>Educação a distância (EAD) na graduação: as políticas e as práticas</i></p>	<p>A partir da concepção de que a “globalização econômica” e a “sociedade da informação” impõem a necessidade de reformulação dos paradigmas, até então vigentes na educação, para garantir a “<i>qualificação dos recursos humanos requeridos pelo novo padrão de desenvolvimento</i>”, no qual a produtividade e a qualidade dos bens e produtos são decisivos para a <u>competitividade internacional</u>” (FORGRAD, 2002), o documento identifica o uso das TIC como estratégia de ampliação do acesso à educação, “com destaque muito especial para a <u>formação de professores, mediação fundamental para evitar o surgimento de ‘ciberalfabetos’</u>” (FORGRAD, 2002).</p>

Fonte: Adaptado de Barreto (2001), Lobo Neto (2000, 2001) e Lima (2007).

Estas ações demonstram a intensificação da ação do governo federal (1995-2002) para criar um arcabouço político e jurídico para a política de ensino superior a distância no país, bem como a centralidade que essa política adquire na agenda dos reitores das universidades brasileiras. Nesse conjunto de ações, o EAD é apresentado como estratégia para “atualização tecnológica” de professores e escolas/universidades. De outro lado, para “ampliação do acesso” ao ensino, incluindo o superior, nos marcos da diversificação das instituições de ensino e dos cursos e das fontes de financiamento da educação e justificado pela necessidade de adequação de universidades e escolas à “globalização econômica” e à “sociedade da informação” (LIMA, 2007).

A ampliação do arcabouço político/jurídico e das ações referentes ao EAD será visível no período de 2003 a 2010. Um quadro (2) resumido dos principais programas e ações em EAD evidencia a centralidade dos dois eixos indicados.

Quadro 2 – Principais programas e ações em EAD

PROGRAMA/ AÇÃO/LEGIS- LAÇÃO	PRINCIPAIS DIRETRIZES
Domínio Público-Biblioteca Virtual	Com um acervo de mais de 123 mil obras e um registro de 18,4 milhões de visitas, o Portal Domínio Público é a maior biblioteca virtual do Brasil.
DVD-Escola	O Projeto DVD Escola oferece a escolas públicas de educação básica caixa com mídias DVD, contendo, aproximadamente, 150 horas de programação produzida pela TV Escola. A intenção é assegurar o compromisso com <u>a atualização tecnológica e democratização da TV Escola</u> .
E-PROINFO	O Ambiente Colaborativo de Aprendizagem (e-Proinfo) é um <u>ambiente virtual colaborativo de aprendizagem</u> que permite a concepção, administração e desenvolvimento de diversos tipos de ações, como cursos a distância, complemento a cursos presenciais, projetos de pesquisa, projetos colaborativos e diversas outras formas de apoio a distância e ao processo ensino-aprendizagem.
E-Tec Brasil	Visa à oferta de educação profissional e tecnológica a distância e tem o propósito de <u>ampliar e democratizar o acesso</u> a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos serão ministrados por instituições públicas.
Programa Banda Larga nas Escolas	Oferece acesso banda larga nas escolas através das operadoras OI, Brasil Telecom, Brt, CTBC, SERCOMTEL, TELEFONIVA, Telesp.
Proinfantil	O Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil (PROINFANTIL) é um curso a distância, em nível médio e na modalidade Normal, para <u>formação de professores</u> de Educação Infantil que atuam em creches e pré-escolas.
Proinfo Integrado	O ProInfo Integrado é um programa de formação voltada para o <u>uso didático-pedagógico das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no cotidiano escolar</u> , articulado à distribuição dos equipamentos tecnológicos nas escolas e à oferta de conteúdos e recursos multimídia e digitais.

continua

continuação

TV Escola	A TV Escola é um canal de televisão do Ministério da Educação que <u>capacita, aperfeiçoa e atualiza educadores da rede pública</u> desde 1996 [...] A TV Escola é dividida em faixas: educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, Salto Para o Futuro e Escola Aberta.
Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB)	O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. <u>A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública</u> , porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é <u>reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância</u> .
Banco Internacional de Objetos Educacionais	O Banco Internacional de Objetos Educacionais é um portal para assessorar o professor. No banco, estão disponíveis recursos educacionais gratuitos em diversas mídias e idiomas (áudio, vídeo, animação/simulação, imagem, hipertexto, softwares educacionais) que atendem desde a educação básica até a superior, nas diversas áreas do conhecimento.
Portal do Professor	O Portal do Professor é um espaço para troca de experiências entre professores do ensino fundamental e médio. É um ambiente virtual com <u>recursos educacionais que facilitam e dinamizam o trabalho dos professores</u> . O conteúdo do portal inclui sugestões de aulas de acordo com o currículo de cada disciplina e recursos como vídeos, fotos, mapas, áudio e textos. Nele, o professor poderá preparar a aula, ficará informado sobre os cursos de capacitação oferecidos em municípios e estados e na área federal e sobre a legislação específica.
Decreto nº 5.622/2005	Revoga os decretos nº 2.494 e nº 2.561 de 1998 e regulamenta o artigo 80 da LDB caracterizando a <u>educação a distância</u> como “modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a <u>utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação</u> , com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos”.

continua

continuação

Decreto nº 5.773/2006	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, <u>inclusive de EAD.</u>
Decreto nº 6.303/2007	Altera dispositivos dos Decretos nº 5.622/05 e nº 5.773/06, tratando da área de <u>abrangência dos cursos de EAD e do atendimento dos polos presenciais.</u>
Portaria Normativa 2, de 10 de janeiro de 2007	Dispõe sobre os procedimentos de regulação e avaliação da <u>educação superior na modalidade a distância.</u>
Portaria Normativa 10 de 02 de julho de 2009	Nos pedidos de <u>autorização de cursos superiores, na modalidade a distância</u> , os objetivos da avaliação <i>in loco</i> poderão ser considerados supridos, dispensando-se a visita pelo INEP por decisão da Secretaria de Educação a Distância – SEED, após análise documental, mediante despacho fundamentado, se a instituição de educação superior tiver obtido avaliação satisfatória.
Referenciais de qualidade para a educação superior a distância (Junho de 2007)	Apresenta a definição de princípios, diretrizes e critérios que sejam referenciais de qualidade para as instituições que ofereçam cursos a distância, considerando que <u>o desenvolvimento do EAD em todo o mundo está associado à popularização e democratização do acesso às tecnologias de informação e de comunicação</u> , exigindo ressignificações de alguns paradigmas que norteiam nossas compreensões relativas à educação, escola, currículo, aluno, professor, avaliação e gestão escolar.

Fonte: Adaptado de Brasil (2010a, 2010b, 2010c).

A política de EAD estará, assim, alicerçada em dois eixos norteadores: a “atualização tecnológica” dos professores e das escolas/universidades e a “ampliação do acesso” ao ensino, fazendo com que o EAD apareça como (1) a oportunidade para que a educação não se torne obsoleta; (2) capacitação docente em serviço e (3) o passaporte de cada indivíduo para, com suas habilidades e competências, superar o “analfabetismo tecnológico”, o “desemprego tecnológico”, alcançando, conseqüentemente, a “empregabilidade”, bem como o passaporte dos países capitalistas dependentes, como o Brasil, para ingresso “na nova ordem mundial”.

A “era da informação”: uma nova ordem mundial para o capital

É nesta conjuntura política que as noções de “globalização econômica” e “sociedade da informação”, elaboradas pelas escolas estadunidenses de administração de empresas e pelos organismos internacionais do capital (CHESNAIS, 1996), aparecerão fundamentadas nas seguintes nucleações temáticas: a emergência da “sociedade pós-capitalista” (DRUCKER, 1998, 2002), da “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999, 2003), da “sociedade informática” (SCHAFF, 1995) e na realização de uma “revolução informacional” (LOJKINE, 2002). Estas importantes noções da ideologia burguesa configuram-se como elementos políticos fundamentais para o movimento do capital em busca de novas áreas de exploração, especialmente para o imperialismo estadunidense. Fiori (2001, p. 63) faz referência a uma declaração de John Kenneth Galbraith, concedida em 1997, na qual o economista americano evidencia a importância política e econômica da noção de “globalização” para os EUA: “a globalização não é um conceito sério, nós, os americanos, a inventamos para dissimular nossa política de entrada econômica nos outros países, e para tornar respeitáveis os movimentos especulativos de capital que sempre são causa de graves problemas”.

Examinar essas nucleações temáticas é uma tarefa político-pedagógica fundamental para apreendermos o sentido e o significado que o EAD adquire neste projeto hegemônico de educação e de sociabilidade.

“Sociedade pós-capitalista” ou “capitalismo informacional”

Peter Drucker¹ considera a falência do socialismo e o fato de o capitalismo estar se tornando obsoleto como os eixos constitutivos da emergência da “sociedade pós-capitalista”. Esta sociedade não é uma “sociedade anticapitalista”, nem uma “sociedade não-capitalista”, pois as instituições do capitalismo sobrevivem, ou seja, o mercado é preservado como mecanismo de integração econômica, como organizador da atividade econômica mundial,

mas embora a economia mundial vá permanecer uma economia de mercado e manter as instituições do mercado, sua substância mudou radicalmente.

Ela ainda é ‘capitalista’, mas agora dominada pelo ‘capitalismo da informação’. As indústrias que passaram para o centro da economia nos últimos quarenta anos se baseiam na produção e distribuição de conhecimento e informação, ao invés da produção e distribuição de coisas. (DRUCKER, 2002, p.140).

Assim, a “sociedade pós-capitalista” ou o “capitalismo da informação” não utiliza o capital, os recursos naturais ou a mão de obra como “meios de produção” e, sim, o conhecimento, concebido pelo autor como sinônimo de informação. O conhecimento é transformado, então, no mais importante fator de produção. Enquanto no capitalismo o trabalhador dependia das máquinas e seu trabalho era alienado, na “sociedade pós-capitalista”, sem o conhecimento, que é uma propriedade do trabalhador, a máquina torna-se improdutiva. A concepção de que “na ‘sociedade pós-capitalista’ os trabalhadores possuem os ‘meios de produção’, isto é, seu conhecimento” (DRUCKER, 2002, p. 40), indica o “fim do trabalho” e o “fim do proletariado” como concebidos pela tradição marxista.

Esta nova configuração resulta em uma hierarquização dos trabalhadores na medida em que a “sociedade pós-capitalista” é composta pelos trabalhadores do conhecimento (executivos que sabem como alocar conhecimento para usos produtivos) e pelos trabalhadores em serviços (trabalhos administrativos desenvolvidos em empresas, escolas e hospitais). A aplicação do conhecimento ao trabalho e a realização de uma verdadeira “revolução gerencial” são os fatores que elevam a produtividade do trabalhador na “sociedade pós-capitalista” ou “capitalismo da informação”. Nesta sociedade as tarefas são desenvolvidas por organizações diferentes (empresas, escolas, hospitais, sindicatos) que, apesar de possuírem conhecimentos especializados, deverão ser norteadas pela lógica empresarial-gerencial. Como o conhecimento torna-se rapidamente obsoleto, a inovação é considerada um requisito principal de toda organização, assim, cada qual deve possuir uma gerência de mudança, instância responsável pela exploração, inovação e adaptação do conhecimento novo.

Outro elemento central das organizações é a responsabilidade social, isto é, além da responsabilidade com o desempenho econômico, as organizações devem se responsabilizar pelo impacto social de suas atividades diante da sociedade. O autor ressalta a importância da responsabilidade

individual. O fim do socialismo ou “o fim da crença na salvação pela sociedade certamente marca uma volta para o íntimo. Ele torna possível uma ênfase renovada no indivíduo, na pessoa e pode até mesmo levar – ao menos esperamos – a um retorno à responsabilidade individual” (DRUCKER, 2002, p. XXI).

Em relação ao papel dos estados nacionais, o autor critica as funções sociais, econômicas e de controle militar que exerceram historicamente, seja na figura do “estado ama-seca”, isto é, o estado de bem-estar social ou o “estado fiscal” da época das grandes guerras mundiais ou o estado da guerra fria que vigorou pós-segunda guerra mundial. Analisa o período pós 1970 como um período marcado pelo fim dos estados nacionais, substituídos por agências transnacionais que possuem uma soberania própria. Na atualidade as agências são transnacionais, assim como o dinheiro e as informações tornaram-se transnacionais por meio da ação das TIC. Nesta mesma direção, os cuidados com o meio-ambiente, o combate ao terrorismo e o controle de armas são considerados frentes de lutas transnacionais. As próprias configurações regionais, como a Comunidade Européia, demandam leis e instituições transnacionais e mesmo supranacionais. O autor propõe uma completa reformulação no papel dos estados nacionais (DRUCKER, 2002). Essa reformulação pressupõe a eliminação da ajuda militar como estratégia para criação de aliados políticos; a avaliação das ajudas econômicas prestadas aos países periféricos; a necessidade de abandonar a teoria do estado fiscal como estratégia de redistribuição de renda; a garantia do controle transnacional das armas e a ação governamental tendo em vista estimular um novo setor social que atue para satisfazer as necessidades sociais, o terceiro setor. “A sociedade pós-capitalista e a forma de governo pós-capitalista exigem um novo setor social – tanto para satisfazer as necessidades sociais como para restaurar um senso significativo de cidadania e comunidade” (DRUCKER, 2002, p. 125).

Esta concepção de que as agências, o dinheiro e a informação tornam-se transnacionais, com a ação das TIC, evidencia a estratégia de obscurecimento da hierarquização planetária que será aprofundada na atualidade pela relação estabelecida entre os países centrais e a periferia do capitalismo. A articulação do mercado, do governo e deste novo setor que reivindica a restauração do significado da cidadania evidencia a estratégia de obscurecer a luta de classes e indicar a possibilidade de configuração de

um pacto ou aliança entre burgueses e trabalhadores.

Na “sociedade pós-capitalista” ou “capitalismo da informação” a categoria trabalho perde sua centralidade, substituída pelo conhecimento/informação. Os trabalhadores, possuidores deste “meio de produção”, deverão dominar a utilização das TIC para conseguirem se manter no mercado que permanece como o centro da sociabilidade da “sociedade pós-capitalista”. Nesta sociedade, a lógica empresarial deverá ordenar todas as organizações (sindicatos, escolas, empresas, hospitais); os estados nacionais serão substituídos por um megaestado articulado às agências supranacionais, especialmente à Organização das Nações Unidas – ONU e a educação escolar será considerada como a área de maior crescimento e investimento econômico das últimas décadas e de formação do “trabalhador do conhecimento”.

A nova revolução da informação teve início no mundo empresarial. Mas está prestes a alastrar para a educação e a saúde. Provavelmente vai provocar mudanças drásticas em ambas. Mais uma vez, as mudanças de conceitos acabarão por ser tão importantes como as mudanças de instrumentos ou de tecnologia. Daqui a 25 anos, o ensino à distância poderá tornar obsoleta aquela instituição que é o liceu. Outra consequência provável: o centro de gravidade na educação superior pode mudar para uma educação profissional contínua dos adultos durante toda a sua vida de trabalho. Isto, por sua vez, poderá deslocar a aprendizagem, das escolas para novos locais: a casa; o automóvel; o local de trabalho ou onde pequenos grupos se podem reunir depois do trabalho. (DRUCKER, 1998).

Revolução técnico-científica e configuração da “sociedade informática”

Adam Schaff² afirma que está em curso uma segunda revolução industrial ou uma revolução técnico-científica caracterizada pela formação da “sociedade informática”. Em sua crítica ao “capitalismo em sentido clássico” (SCHAFF, 1995, p. 37) e ao socialismo o autor questiona para

onde nos leva esta revolução e considera que “em consequência do declínio das ideologias tradicionais e dos sistemas de valores a elas relacionados, que se transforma frequentemente em verdadeira crise, as pessoas se veem cada vez mais tomadas pelo pânico diante das respostas inseguras dadas a esta pergunta” (1995, p. 15).

Diante do quadro de crise, medos e incertezas, Schaff propõe a análise das consequências sociais da atual revolução técnico-científica. Parte da concepção de que a primeira revolução técnico-industrial está situada entre o final do século XVIII e o início do século XIX, marcada pela utilização da máquina a vapor e pela eletricidade. A segunda revolução técnico-industrial, em curso, é caracterizada pela eliminação do trabalho manual, pelos avanços na microeletrônica, na microbiologia, na engenharia genética e na energia nuclear. Esta segunda revolução é concebida da seguinte forma: “quando falamos de sociedade informática referimo-nos a uma sociedade em que todas as esferas da vida pública estarão cobertas por processos informatizados e por algum tipo de inteligência artificial, que terá relação com computadores de gerações subsequentes” (SCHAFF, 1995, p. 49).

A “sociedade informática” é caracterizada por uma nova onda tecnológica sustentada pela automação da produção e dos serviços gerando o desaparecimento do trabalho tradicional. O autor considera o desaparecimento do trabalho e da própria classe trabalhadora nos seguintes termos: “é, pois, um fato que o trabalho, no sentido tradicional da palavra, desaparecerá paulatinamente e com ele o homem trabalhador e, portanto, também a classe trabalhadora entendida como a totalidade dos trabalhadores” (SCHAFF, 1995, p. 43).

Neste quadro, identifica duas alterações fundamentais na esfera do trabalho: em primeiro lugar, o trabalho será substituído por um conjunto de ocupações intelectuais de natureza criativa, no qual a informação será o mais importante meio de produção. Desta forma, a “sociedade informática” tende a criar uma nova forma de estratificação social entre os que sabem e os que não sabem, isto é, uma divisão entre os que possuem informações e aqueles que não possuem. Em segundo lugar, na medida em que os indivíduos serão proprietários do mais valioso meio de produção – a informação –, Schaff argumenta que a “sociedade informática” será configurada pela existência do trabalho voluntário, gerado pelo prolongamento do tempo livre dos indivíduos e motivado pela busca de um “sentido da vida” e pela necessária

redução da renda das classes proprietárias, baseando sua argumentação no conteúdo da encíclica papal *Laborem exercens*, de João Paulo II.

Destaca em suas análises o papel da educação permanente dos indivíduos, concebendo a educação escolar como absorção de informações e capacitação para o uso das TIC. A “sociedade informática”, apresentando um novo sentido da vida, um novo estilo de vida e um novo sistema de valores, irá gerar uma “revolução total no sistema de ensino” mediante uma “didática proporcionada pelos ‘autômatos falantes’ que podem servir como auxiliares no trabalho tradicional dos professores ou podem substituí-los no caso de adultos autodidatas” (SCHAFF, 1995, p. 73).

Para o autor, educação é treinamento, é absorção de TIC, é substituição dos professores pelas TIC, pois, “o essencial é que as pessoas do Terceiro Mundo devem ser preparadas para absorver novas tecnologias e para aprender a utilizá-las” (SCHAFF, 1995, p. 94). A utilização das TIC na educação escolar aparece reduzida à mera absorção de tecnologias produzidas nos países centrais: “ocupação honrosa e inclusive fascinante, para milhões de ‘instrutores’ que poderiam ser recrutados dos exércitos de desempregados estruturais existentes nos países industrializados” (SCHAFF, 1995, p. 94-95). A infraestrutura necessária para absorção destas tecnologias seria viabilizada pelos países centrais, porém:

[...] isto não significa que a ajuda deve ser feita necessariamente sob a forma de dinheiro: não se pode colocar dinheiro à disposição de países que nos últimos anos acumularam dívidas no valor de milhões de dólares sem alcançar resultados econômicos positivos. A ajuda deveria consistir em bens necessários à construção de uma nova infraestrutura no Terceiro Mundo. Nos países de produção automatizada estes bens serão abundantes; nem por isso serão oferecidos de graça, mas vendidos. (SCHAFF, 1995, p. 92).

A coordenação desta “ajuda” deverá ser efetivada pela ONU, considerada a organização internacional que deve monitorar, principalmente através da Organização Para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e da Organização Para a Educação, Cultura e Ciência (UNESCO) a execução

de projetos de organização da infraestrutura necessária para a “sociedade informática”.

O determinismo tecnológico de suas análises se manifesta de formas variadas, desde a concepção de que “a revolução da microeletrônica permite resolver tecnologicamente os principais tormentos do Terceiro Mundo: a fome, a escassez de água, a desertificação etc.” (SCHAFF, 1995, p. 91), até o superdimensionamento do papel da técnica: “A sociedade informática proporcionará os pressupostos para uma vida humana mais feliz; eliminará aquilo que tem sido a principal fonte da má qualidade de vida das massas na ordenação do cotidiano: a miséria ou, pelo menos, a privação” (SCHAFF, 1995, p. 155).

A “sociedade em redes” e a “galáxia da *internet*”

A obra de Manuel Castells³ é fundamentada na tese de que a atual configuração da sociedade está calcada na difusão da informação como elemento central do processo produtivo e de novas formas de sociabilidade.

Enquanto o motor elétrico era considerado como o fundamento organizacional da sociedade industrial, a “sociedade informacional” ou “sociedade em rede” apresenta como forma organizacional o uso das TIC através da *internet*, base tecnológica da era da informação. Suas análises partem do pressuposto de que vivenciamos uma nova ordem mundial – a era da informação – pautada na constituição de uma nova economia e da formação de uma nova sociabilidade, ambas fundamentadas na produção e difusão das TIC, especialmente pelo uso da *internet*. A era da informação, demarcando a nova economia, provocará alterações profundas no trabalho e na formação e qualificação dos profissionais, identificados como “profissionais autoprogramáveis” e “mão de obra genérica”. Os “profissionais autoprogramáveis” são autônomos, flexíveis, com altos níveis de iniciativa e são capazes de utilizar as TIC. Esse tipo de profissional requer uma formação especializada e qualificada que estimule suas habilidades e competências para atuar na nova forma organizacional das empresas: as empresas de rede. Para estes profissionais autoprogramáveis a educação tem um papel fundamental. No que toca à mão de obra genérica é “corporificada por trabalhadores que não têm habilidades especiais, ou habilidade especial de adquirir habilidades no processo de produção,

além daquelas necessárias para o cumprimento de instruções dadas pela administração” (CASTELLS, 2003, p. 80).

Na era da informação, o trabalho, em sentido tradicional, será substituído por relações mais flexíveis, desburocratizadas e descentralizadas e os “profissionais autoprogramáveis” possuirão o mais importante meio de produção: a informação. Suas análises estão circunscritas à perda da centralidade da categoria trabalho, substituída pela informação; às alterações nas relações de trabalho e no perfil dos trabalhadores, a partir do estabelecimento de nova estruturação social: os que possuem as informações e estão capacitados/aptos a utilizar as TIC e os que não estão capacitados.

Esta nova era também gera uma geografia própria a partir de determinados países. Castells analisa o fato de que a produção de tecnologia está concentrada nos países centrais, principalmente nos EUA, configurando uma distribuição desigual de infraestrutura tecnológica e de treinamento para o uso das TIC. Para superar essa “divisão digital global” o autor propõe a cooperação entre os países e as empresas e o compartilhamento da produção de tecnologia, através de redes entre empresas, universidade e centros de pesquisa. Assim, governos, organismos internacionais, negócios corporativos e sua responsabilidade social e organizações não governamentais, que o autor identifica como “organizações neogovernamentais” (CASTELLS, 2003, p. 230), todos são responsáveis pela nova era, a era da informação.

A era da informação é identificada com as ideias de cooperação, liberdade e democratização do acesso às informações. Desse modo, a *internet*, base tecnológica dessa nova era, não cria o isolamento social, como afirmam vários analistas, mas sim uma nova forma de sociabilidade. Associa a organização dos movimentos sociais hierarquizados, burocratizados e centralizados como movimentos característicos da era industrial. Na era da informação, afirma o autor, os movimentos sociais são mobilizados em torno de questões culturais, são diversificados em temáticas e composição, formando uma imensa “rede de cidadãos”.

Ao associar a era da informação e a *internet* com a ideia de cooperação, liberdade e democratização o autor realiza um duplo movimento. Primeiro, desvincula a origem da *internet* da política de segurança desenvolvida pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, apesar de sinalizar esta origem a partir da configuração da Arpanet, uma rede de computadores da ARPA (agência montada em 1957 pelo Departamento de Defesa dos

EUA). A ARPA atuava com financiamento do governo estadunidense e em parcerias com universidades (Califórnia) e com empresas (Xerox). De 1960 a 1970 a ARPA atuou em conjunto com o *Lincoln National Laboratory*, um importante centro de pesquisa de orientação militar à sombra do MIT (*Massachusetts Institute of Technology*). Em 1975, a Arpanet foi transferida para a agência de comunicação de defesa dos EUA e mantinha sua parceria com as universidades por meio, inclusive, do trabalho desenvolvido por alunos de programas de pós-graduação. A despeito de analisar a origem da *internet*, relatando a constituição destas parcerias entre as agências de defesa que financiavam os projetos, as universidades e centros de pesquisa e as empresas estadunidenses, o autor insiste em articular essa origem com uma “cultura da liberdade”, anunciando o surgimento de uma nova era, a “era da *internet*”.

O segundo movimento realizado pelo autor evidencia que sua referência de “liberdade” está demarcada pelo direito à livre expressão garantida na primeira emenda da constituição estadunidense. Institucionalmente, o fato de a *internet* ter se desenvolvido nos Estados Unidos significou que surgiu sob a proteção constitucional da livre expressão imposta pelos tribunais americanos.

É neste quadro político que o autor analisa o papel da educação escolar na formação e qualificação dos profissionais da “era da informação” ou “sociedade em rede”, criticando a falta de infraestrutura informacional que garanta acesso às tecnologias e a falta de capacitação dos professores para manuseá-las. A educação será concebida pelo autor como “a aquisição da capacidade intelectual de aprender a aprender ao longo de toda a vida, obtendo a informação que está digitalmente armazenada, recombina-a e usando-a para produzir conhecimento para qualquer fim que tenhamos em mente” (CASTELLS, 2003, p. 227).

“Revolução informacional” e superação da divisão social do trabalho

Para Jean Lojkiné⁴ o colapso do socialismo traz para o centro do debate contemporâneo a possibilidade de superação histórica da civilização mercantil com base no que o autor identifica como a “revolução informacional”. Em primeiro lugar, sinaliza que a “revolução informacional”

não se constitui em uma segunda revolução industrial, pois essa revolução nasce com o capitalismo e está baseada na divisão de classes e na divisão social do trabalho. Entretanto, a “revolução informacional”

constitui o anúncio e a possibilidade de uma nova civilização, pós-mercantil, emergente da ultrapassagem de uma divisão que opõe os homens desde que existem as sociedades de classe: divisão entre os que produzem e os que dirigem a sociedade, divisão já dada entre os que rezavam, os escribas-sacerdotes administradores do templo, e os que trabalhavam para eles. (LOJKINE, 2002, p. 11).

Em segundo lugar, não se trata da emergência de uma “sociedade pós-industrial” ou de uma revolução (informacional) que substitui a primeira (industrial). A informação não substitui a produção, nem a indústria é substituída pelos serviços, pois o que existe é uma interpenetração das atividades industriais e informacionais. O trabalho na sociedade capitalista não é substituído pelo conhecimento da “sociedade pós-industrial” da qual emergem os trabalhadores do conhecimento. Não ocorreu uma substituição da classe trabalhadora tradicional por uma nova classe de trabalhadores da informação, nem a absorção de novas camadas assalariadas dos serviços numa ‘classe operária’ ampliada.

Um terceiro eixo político se refere à tese de que a divisão social do trabalho não foi modificada. Lojkine (2002) critica os autores que afirmam que as atuais alterações na esfera produtiva podem acabar com a divisão social entre os que pensam e os que executam, ou seja, acabar com a divisão social do trabalho. Para o autor, somente a “revolução informacional” abre a possibilidade de superar essa divisão, na medida em que está alicerçada em três princípios fundamentais:

- partilha social das inovações científicas, pois não pode haver monopólio privado da informação na medida em que a informação, especialmente a inovação científica, deve ser produzida pelo trabalho coletivo sob a forma de cooperação e sua circulação deve ser livre. A emergência de uma sociedade pós-mercantil surge exatamente da superação da concorrência elitista e da lógica individualista. A lógica de tratamento da informação não pode ser, portanto, mercantil;

“As redes das tecno-ciências fazem emergir relações não-mercantis (partilha da informação, ao invés da sua apropriação privada), ou mistas (coordenação estatal de empresas privadas) que nada têm a ver com o mito do ‘mercado’” (LOJKINE, 2002, p. 225);

- constituição de redes que vinculam indústrias, serviços e pesquisas científicas, isto é, novas formas de comunicação à distância que permitem conectar serviços/indústria, ligando, por exemplo, um centro de pesquisa, um hospital, um serviço de comercialização e uma fábrica. Em sua concepção a revolução informacional exige o estabelecimento de parcerias que viabilizem a circulação de informações científicas entre empresas, universidades e centros de pesquisa, exige um tipo de economia mista (parceria público-privado) que avance por meio do estabelecimento de normas não mercantis de produção e circulação de informações e,
- o estabelecimento de novas relações entre os assalariados da produção, os assalariados encarregados de tratar a informação e os assalariados dos serviços. As inovações tecnológicas permitiriam, nesta ótica, alterar os fluxos de informação e as funções organizacionais, fazendo emergir novas relações de poder na arquitetura organizacional das empresas. Desse modo, a “sociedade da informação” trará grandes mudanças para as organizações, indicando a articulação entre “revolução informacional” e “revolução organizacional”.

Para Lojkine (2002) só a “revolução informacional” possibilita a superação da divisão social do trabalho e a constituição de uma “sociedade pós-mercantil”, considerando, ademais, que as TIC não possuem uma dinâmica própria, não são neutras, mas também não são instrumentos de uma “força social dominante”. É com base nesta concepção que o autor elabora a “noção de potencialidades tecnológicas contraditórias” (LOJKINE, 2002, p. 53) como expressão da relação estabelecida entre parceiros públicos e privados, da necessidade de simetria entre os interesses científicos e os interesses políticos e econômicos, constituinte de um “paradigma extra-econômico” (LOJKINE, 2002, p. 212; 213).

As concepções apresentadas por estes autores caracterizam um determinismo tecnológico, ora mais evidente (Drucker, Schaff e Castells), ora mais sofisticado (Lojkine), na medida em que desconsideram quatro eixos políticos centrais da análise sobre as TIC. O primeiro refere-se à

mercantilização da vida social como elemento constitutivo do sistema capitalista. O movimento do capital em busca de novos mercados e novos campos de exploração lucrativa o impulsiona a conceber a totalidade da vida social como potencialmente lucrativa. O uso das TIC não configura uma “sociedade pós-mercantil” ou uma “sociedade da informação/conhecimento”, pois, na ótica do capital, a informação e as novas tecnologias são transformadas em mercadoria (KATZ; COGGIOLA, 1996).

Um segundo aspecto é fundamental nesta análise. O aumento do uso das informações e das TIC não significa a constituição de uma “sociedade pós-industrial”, apesar do significado apologetico da noção de “sociedade da informação”. O terceiro ponto indica que a substituição de formas violentas de exploração do trabalho humano pelo uso das TIC não significa a extinção da exploração (violenta) do trabalho. Em vários países e regiões o trabalho escravo convive com as mais modernas TIC.

Um quarto elemento merece destaque: o uso das TIC não tem implicado na redução da jornada de trabalho e no aumento de tempo livre do trabalhador para o “ócio criativo” (DE MASI, 2000) ou para o “trabalho voluntário” que garantiria um “novo sentido da vida”, como afirma Adam Schaff (1995). Pelo contrário, tem sido uma estratégia fundamental para redução da força de trabalho e ampliação do desemprego em massa, na medida em que as TIC, no sistema capitalista, não deixam de cumprir sua função de economizar trabalho vivo e ao mesmo tempo aumentar a produtividade do capital.

As alterações na esfera produtiva, caracterizadas pelos novos métodos de produção baseados na microeletrônica, na flexibilização do processo e da gestão do trabalho e na exigência de maior capacitação tecnológica dos trabalhadores, constitutivos da acumulação flexível (HARVEY, 2000), geram, por um lado, aumento na produtividade para o capital e, por outro, reduções salariais e dos postos de trabalho para a classe trabalhadora. O conceito de acumulação flexível, segundo Harvey (2000), refere-se à passagem do modo fordista de acumulação capitalista, dominante de 1920 a 1970, juntamente com a política keynesiana que vigorou a partir de 1945, para um modo flexível, como forma de superar a crise do capital, aprofundada a partir do início dos anos de 1970. Para o autor, este novo estágio é constituído pela intensificação de estratégias de distribuição geográfica do capital, refletindo uma ruptura com o modelo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra.

Cabe destacar que o quadro mundial de aprofundamento das desigualdades econômicas e sociais e de estagnação econômica, que caracteriza a mundialização financeira (CHESNAIS, 1996, 2001), apresenta a possibilidade de uma exclusão estrutural de grandes contingentes de trabalhadores. Esses trabalhadores “não qualificados” não estarão, sequer, no exército de reserva, estarão completamente “excluídos” do acesso ao mercado formal de trabalho.

Entende-se, assim, a importância do projeto hegemônico reivindicar as reformas educacionais, nas quais o EAD está incluído: podem existir as condições objetivas para a construção de lutas com vistas a uma “revolução contra a ordem burguesa” (FERNANDES, 1975), mas a burguesia não pode permitir a existência de condições subjetivas que favoreçam esta construção. Estas reformas educacionais expressam, exatamente, a tentativa da burguesia de capturar a subjetividade das classes trabalhadoras (DIAS, 1999) sob a aparência de uma “política inclusiva” desses trabalhadores. Apresenta-se, na imediatividade, a noção de que o acesso à capacitação, particularmente a capacitação tecnológica, concebida como *compra e adaptação de pacotes tecnológicos* produzidos nos países centrais e *treinamento para o uso das TIC*, será o “passaporte” de cada indivíduo para a “empregabilidade”, omitindo duas questões centrais: a) o processo de certificação em larga escala que vem se configurando, especialmente, nos países periféricos, e b) o mercado de trabalho que não absorverá todos os trabalhadores. Eis a contradição chave do capitalismo que articula a centralização da produção e utilização das TIC com a “globalização” do desemprego e da desigualdade econômica e social.

A “globalização” não se constitui como uma nova ordem mundial – “sociedade pós-capitalista”, “sociedade informacional”, “sociedade em rede” – pautada em uma pretensa “revolução informacional”. Os sujeitos políticos fundamentais da mundialização financeira são, justamente, os grupos industriais transnacionais, bancos, investidores internacionais, que atuam nas áreas de interesse do capital e as classes trabalhadoras, lutando por melhores condições de vida e de trabalho e pela superação do capitalismo, ou seja, o centro deste debate é a luta de classes, é o embate hegemônico entre projetos antagônicos de sociabilidade (DIAS, 2006).

O sentido político que é dado à “globalização econômica”, como um processo de integração mundial, omite que a “globalização” articula a unificação-hierarquização nos marcos da contradição gerada pelo

aprofundamento das desigualdades econômicas que constituem as relações sociais na atualidade.

A arquitetura da mundialização do capital tem, principalmente, por objetivo permitir a valorização, em escala internacional, de um capital de investimento financeiro constituído por uma profunda hierarquização política, ordenada em torno de três polos da Tríade (a América do Norte, a Europa Ocidental e o Japão), tendo os Estados Unidos como o ponto central, de onde partem os mais importantes impulsos em direção às outras partes do mundo. Desta forma, a mundialização do capital não apaga a existência dos Estados nacionais, nem as relações políticas de dominação, de expropriação e de dependência entre estes. Acentua, ao contrário, os fatores de hierarquização entre países e regiões. O abismo que separa os países que pertencem à “tríade” dos países periféricos aprofundou-se imensamente, ainda que o projeto hegemônico reafirme cotidianamente as noções de “globalização” e “sociedade da informação”, omitindo que, neste contexto, as TIC têm se constituído no arcabouço midiático que garante a movimentação lucrativa do capital financeiro entre países e regiões.

A título de considerações finais

Destas análises concluo que o que está presente neste debate é a relação estabelecida entre a aparência e a essência da “globalização econômica” e da “sociedade da informação”. O projeto hegemônico, na medida em que apresenta a inevitabilidade da “globalização econômica” e da “sociedade da informação”, expressa o projeto de sociabilidade do capital em sua busca por novas áreas de exploração lucrativa pela privatização de setores estratégicos dos países capitalistas dependentes – telecomunicações, energia, educação, entre outros –, bem como a conformação de mentes e corações ao seu projeto societário.

Neste quadro político amplo é que a política de ensino superior a distância está inscrita. Apresentada pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) como uma estratégia para “atualização tecnológica” dos professores e das universidades e para “democratização do acesso” ao ensino superior nos marcos da “globalização econômica” e da “sociedade da informação”, esta política vem operando a ampliação do setor privado na área educacional, especialmente no ensino superior, e a massificação da

formação nos marcos da certificação em larga escala. Esta análise fica evidente quando examinamos os dados divulgados pelo Censo da Educação Superior de 2008 apresentados na tabela 1.

Tabela 1 – Evolução do número de IES, Cursos, Vagas e Inscritos na Educação a Distância Brasil 2002-2008

Ano	IES	%Δ	Cursos	%Δ	Vagas	%Δ	Inscritos	%Δ
2002	25	-	46	-	24.389	-	29.702	-
2003	37	48,0	52	13,0	24.025	-1,5	21.873	-26,4
2004	45	21,6	107	105,8	113.079	370,7	50.706	131,8
2005	51	35,6	189	76,6	423.411	274,4	233.626	360,7
2006	77	26,2	349	84,7	813.550	92,1	430.229	84,2
2007	97	26,0	408	16,9	1.542.070	89,4	537.959	25,0
2008	115	18,6	647	58,6	1.699.489	10,3	708.784	31,8

Fonte: Brasil (2010d).

Em 2002, último ano do governo Fernando Henrique Cardoso, eram 25 instituições de ensino superior – IES oferecendo cursos à distância. Em 2008, no segundo ano do segundo mandato do governo Luiz Inácio Lula da Silva, esse número subiu para 115 instituições autorizadas para a oferta desses cursos.

Quando analisamos os dados relativos aos cursos, constatamos que a maioria é ofertada por IES privadas. Do total de 647 cursos à distância oferecidos em 2008, 281 estão em IES públicas e 366 em IES privadas, como evidencia a tabela (2) abaixo.

Tabela 2 – Número de cursos de educação a distância, por grau acadêmico, segundo a Categoria Administrativa – Brasil-2008

Grau acadêmico	Total		Pública								Privada	
			Total		Federal		Estadual		Municipal			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Total	647	100	281	100	225	100	36	100	20	100	366	100
Tecnológico	162	25,0	29	5,0	14	0,9	2	5,6	13	65,0	133	36,3
Bacharelado	138	21,3	55	15,3	43	3,6	8	22,2	4	20,0	83	22,7
Licenciatura	344	53,2	197	59,8	168	11,6	26	72,2	3	15,0	147	40,2
Bach./Licenciatura	3	0,5	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	0,8

Fonte: Brasil (2010d).

Se nas IES privadas a massificação e a mercantilização do ensino encontram intenso ponto de articulação, nas IES públicas, ainda que parte significativa dos cursos à distância não seja paga, está presente a mesma lógica de massificação do ensino norteadora (1) das políticas dos organismos internacionais; (2) do setor de “serviços educacionais” e (3) do governo federal (LIMA, 2007, 2009). Cabe, entretanto, destacar que a liberalização dos serviços educacionais e a certificação em larga escala são políticas desses organismos internacionais, materializadas por meio das ações dos vários governos nos anos de neoliberalismo, de Fernando Henrique Cardoso a Luiz Inácio Lula da Silva. Não se trata, portanto, de algo *imposto de fora para dentro* ou de uma pretensa autonomia dos empresários do setor educacional ou dos reitores das universidades públicas, mas de um *compartilhamento* de concepções e de projetos, de políticas governamentais *estabelecidas em parceria* com esses organismos internacionais visando a lucratividade de burguesia de serviços educacionais (local e internacional) através da adequação da educação à nova fase de acumulação do capital.

Notas

- 1 Peter Drucker é considerado o maior pensador da administração moderna. Escritor, consultor de grandes empresas e professor da Universidade de Claremont, atuou na sistematização dos estudos sobre a sociedade pós-capitalista ou sociedade do conhecimento e se dedicou à produção de programas de ensino para comercialização na *internet*.
- 2 Filósofo polonês, membro da academia polonesa de ciências.
- 3 Sociólogo catalão, professor da Universidade da Catalunha e membro do comitê de especialistas sobre a sociedade da informação da Comissão Européia e do comitê assessor da secretaria geral das Nações Unidas sobre tecnologia da informação e desenvolvimento global.
- 4 Jean Lojkin é professor e pesquisador francês, coordenador do *Centre d'Études des Mouvements Sociales* e autor de vasta obra sobre os movimentos sociais, as transformações no mundo do trabalho e as inovações tecnológicas.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, Raquel Goulart (Org.). *Tecnologias educacionais e educação à distância: avaliando políticas e práticas*. Rio de Janeiro: Quartet, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo da Educação Superior 2008. Resumo técnico*. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/download/censo/2008/resumo_tecnico_2008_15_12_09.pdf> Acesso em: 25 ago. 2010d.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Programas e Ações*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12502&Itemid=823> Acesso em: 25 ago. 2010a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Legislação*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12777%3Areferenciais-de-qualidade-para-ead&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865> Acesso em: 25 ago. 2010b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. *Legislação de Educação a Distância*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12778%3Alegislacao-de-educacao-a-distancia&catid=193%3Aseed-educacao-a-distancia&Itemid=865> Acesso em: 25 ago. 2010c.
- CASTELLS, Manuel. *A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2003.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. *Outubro*: Revista do Instituto de Estudos Socialistas, São Paulo, n. 5, p. 26-38, 2001.
- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DIAS, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização*. 2. ed. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999. (Textos Didáticos, n. 29).

- DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo: Ed. Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2006.
- DRUCKER, Peter F. *A revolução da informação*. 1998. Disponível em: <http://www.wisetel.com.br/espaco_de_futuros/revinfo.htm> Acesso em: 25 ago. 2010.
- DRUCKER, Peter F. *A sociedade pós-capitalista*. Tradução de Nivaldo Montingelli Jr. 8. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FIORI, José Luis. *Brasil no espaço*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- KATZ, Claudio; COGGIOLA, Osvaldo. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.
- LIMA, Kátia. *Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007.
- LIMA, Kátia. Ensino a distância, organismos internacionais e mercantilização da educação superior. *Revista PUC Viva: Associação dos Professores da PUC-SP*, São Paulo, ano 10, n. 35, p. 6-12, maio/ago. 2009.
- LIMA, Kátia. Educação a distância na reformulação da educação superior brasileira. In: SIQUEIRA, Ângela; NEVES, Lucia Maria (Org.). *Educação superior: uma reforma em processo*. São Paulo: Xamã, 2006. p. 147-177.
- LOBO NETO, Francisco J. S. (Org.). *Educação a distância: referências e trajetórias*. Rio de Janeiro: ABT; Brasília: Plano, 2001.
- LOBO NETO, Francisco J. S. *Educação a distância: regulamentação*. Brasília: Plano, 2000.
- LOJKINE, Jean. *A revolução informacional*. Tradução de José Paulo Netto. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SCHAFF, Adam. *A sociedade informática: as conseqüências sociais da segunda revolução industrial*. Tradução: Carlos Eduardo Machado e Luiz Arturo Obojes. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

Higher Education at a distance policy in Brazil in the years of neoliberalism

Abstract

This article examines the theoretical base of higher education at a distance policy in Brazil in the 1990s and the first decade of the new century. It is based on the understanding that this policy is inscribed in the neoliberal education reforms of this period, conducted in conjunction with the policies developed, promoted and monitored by international agencies. The paper presents the main actions and legislation concerning distance education from 1995 to 2010, and identifies the central focus of these policies – “technological updating” and “expanded access to education” – and their theoretical foundation in the concepts of “economic globalization” and the “information society”, which were promoted by U.S. business schools and international agencies. It analyzes the extent to which distance education, especially higher education at a distance in Brazil, enables wider scale education and deepens the commoditization of education through the expansion of the number of private institutions and distance learning courses. This process is conducted by government policies in the period, guaranteeing profitability to the bourgeoisie for educational services (local and international) through the adaptation of education to the new phase of capital accumulation.

Keywords: Educational policy. Distance education. Commoditization of higher education.

Política de la educación superior a distancia en Brasil en los años de neoliberalismo

Resumen

El artículo examina la base teórica de la política de educación superior a distancia que se está llevando a cabo en Brasil en la década de 1990 y el primer decenio del nuevo siglo. Parte del examen de que esta política es introducida en la reforma neoliberal de la educación, celebrada en ese período de conformidad con las políticas desarrolladas, difundidas y supervisadas por las organizaciones internacionales. Presenta las principales acciones y leyes en educación a distancia desde 1995 hasta el año 2010, identificando el eje central de esta política – “actualización tecnológica” y “escala el acceso a la educación” – y sus nociones teóricas de “globalización económica” y la “sociedad de la información”, ambos distribuidos por las escuelas estadounidenses de administración de empresas y los organismos internacionales. Analiza en qué medida la educación a distancia, especialmente la educación superior a distancia en Brasil, permite la formación de masa y profundiza la mercantilización de la educación a través de la expansión del número de instituciones y cursos a distancia privados.

Palabras clave: Política educativa. La educación a distancia. Mercantilización de la educación superior.

Kátia Regina de Souza Lima

E-mail: katiaslima@globocom.com

Recebido em: 25/1/2011

Versão final recebida em: 20/2/2011

Aprovado em: 8/3/2011